

**FACULDADES SÃO JOSÉ
CURSO DE CONTABILIDADE**

AMANDA DO NASCIMENTO COSTA

EDNALDO VIEIRA DA SILVA

**NORMAS BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS DA NBC TG 1000 NOS
ESCRITÓRIOS DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2017

NORMAS BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS DA NBC TG 1000 NOS

ESCRITÓRIOS DO RIO DE JANEIRO

Amanda do Nascimento Costa

Graduando em Ciências Contábeis

Ednaldo Vieira Silva

Graduando em Ciências Contábeis

RESUMO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.255/09 aprovou a NBC TG 1000 - Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral, com o objetivo de adequar a contabilidade das pequenas e médias empresas às práticas internacionais. Esta pesquisa buscou verificar a percepção dos profissionais contábeis diante da adoção da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e médias empresas na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Para alcançar o objetivo, foi elaborado e aplicado questionário a uma amostra de 12 profissionais atuantes nos escritórios de contabilidade. A análise dos dados coletados possibilitou verificar que os principais fatores que dificultam a adoção plena da NBC TG 1000 são: a complexidade do texto da norma e a consequente dificuldade de entendimento/compreensão pelos profissionais, pouca oferta que ocasiona a falta de participação em cursos que possibilitem o contato com o aprendizado acerca da norma para posteriormente realizar a aplicação correta, a necessidade de cumprimento das exigências fiscais e a falta de interesse em obter conhecimento por parte dos clientes em relação à importância da utilização das demonstrações contábeis aos usuários na tomada de decisão. Embora a maioria dos respondentes ainda não tenha domínio pleno da norma, concordam que há agregação de valor à contabilidade com a sua aplicação, proporcionando a comparabilidade dos demonstrativos e adequação aos padrões de procedimentos contábeis internacionais.

Palavras-chave: NBC TG 1000, Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Escritórios Contábeis e Profissionais Contábeis.

SUMÁRIO

	Páginas
1. INTRODUÇÃO	01 à 03
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	03 à 08
2.1 AS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS NO BRASIL.....	
2.2 ACONTABILIDADE NO BRASIL PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	
2.3 A NBC TG 1000 E A EXISTENCIA ITG 1000.....	
3. METODOLOGIA	08 à 09
4. DESENVOLVIMENTO E OU CORPO TEXTUAL	09 à 15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15 à 16
6 . REFERÊNCIAS	16 à 20
ANEXO 1	19

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é um importante instrumento para o processo de tomada de decisões em qualquer nível e atividade econômica. As informações produzidas pela aplicação das técnicas contábeis são capazes criar condições aos seus usuários, de decidir sobre o destino de qualquer entidade econômica e de avaliar a capacidade de seus administradores na gestão das operações (Pereira, 2015).

Se os usuários compreenderem corretamente as informações produzidas, estas se tornarão mais úteis aos seus propósitos. No mundo globalizado, a elaboração de demonstrações financeiras baseadas nos mesmos critérios é essencial para uniformização e comparabilidade da mesma em países distintos, sendo esse o principal fator a impulsionar a adoção de práticas contábeis internacionais (Pereira, 2015).

No Brasil, há tempos, a contabilidade de pequenas e médias empresas (PMEs) era voltada principalmente para atender a legislação fiscal. Porém, com a aprovação da NBC TC 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), por meio da Resolução CFC nº 1.255 de 10/12/2009, foram introduzidas modificações nos procedimentos e práticas contábeis para essas empresas, com o objetivo de harmonizar as demonstrações contábeis brasileiras com as demonstrações de outros países. Surge a necessidade de mudança na atuação dos profissionais contábeis que, além de observar as regras do fisco, passaram a exercer análises necessárias ao registro das transações econômicas na contabilidade das empresas (KLEIN JUNIOR; SOUZA, 2013).

De acordo com NBC TC 1000 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral) as demonstrações contábeis das PMEs a partir do início do ano de 2010, já devem ser apresentadas em conformidade com as normas internacionais, através de aplicação da NBC TC 1000, que é uma norma específica e simplificada para as PMEs, publicada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) no final de 2009 e que contém o mesmo texto e conteúdo do CPC PME.

A necessidade da convergência da contabilidade aos padrões internacionais se dá pela crescente abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, tomando possível a compreensão das informações contábeis por usuários

estrangeiros. No Brasil, não somente empresas de capital aberto ou sociedades de grande porte, mas as pequenas e médias empresas também devem adotar as normas emanadas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de um Pronunciamento Técnico Contábil específico, o CPC PME (FARIA; SILVA, 2014).

A disponibilidade de informações fidedignas sobre o desempenho econômico e financeiro dessas empresas ao *stakeholders* (proprietários, investidores, empregados, clientes, fornecedores, sindicatos, governos etc.) implicara numa melhor avaliação da sustentabilidade dos negócios, tendo como consequência menor custo na captação de capital e maior acesso ao crédito (MENEZES, 2014).

Contudo, na profissão contábil em sua atividade laboral, se baseia nos conhecimentos das suas responsabilidades, pautado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e da legislação em vigor, Resolução CFC nº 803/1996m que trata do código de ética do contabilista, contendo as normas e padrões norteadores do relacionamento entre sociedade e a classe contábil, quando no exercício de sua profissão (DA COSTA, 2015).

Considerando que a NBC TG 1000, busca a padronização internacional de normas e procedimentos para as pequenas e médias empresas, o que tende a facilitar a comunicação e comparabilidade de informações contábeis entre os diversos países, sendo, portanto, um assunto de interesse de todos os profissionais da área contábil bem como dos empresários e investidores.

Diante da contextualização, constituiu o problema da pesquisa referente a baixa adaptação a NBC TG 1000 em algumas localidades do Brasil atrelada a importância das PMEs, surge o seguinte questionamento: Como os escritórios contábeis do Rio de Janeiro estão se adaptando ao processo de convergência com relação a importância a NBC TG 1000, os benefícios e os desafios resultantes das mudanças advindas da aplicabilidade dela a contabilidade das pequenas e médias empresas.

O objetivo geral do presente trabalho foi de identificar o conhecimento dos Contabilistas do município de Rio de Janeiro, sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, para pequenas e médias empresas.

Para atingir o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, verificar o nível de implantação da NBC TG 1000 nos escritórios contábeis do Rio de Janeiro e evidenciar a percepção e conhecimento do contador em relação às mudanças realizadas pela NBC TG 1000.

O presente estudo pretende identificar as atitudes adotadas pelos escritórios de contabilidade no processo de implantação da NBC TG 1000 para Pequenas e Médias Empresas e a percepção do contador frente a estas mudanças.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 AS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS NO BRASIL

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, conforme pesquisa realizada pelo SEBRAE (2005) representam 99,2% das organizações formais e geram 57,2% dos empregos totais do país.

No Brasil, a maioria das empresas é classificada como pequena ou média empresa nas atividades de comércio, serviços, indústria extrativa mineral, indústria de transformação e indústria da construção e, por isso, possuem grande importância para a economia do país.

No contexto mundial as Pequenas e Médias Empresas (PME's) também se destacam por sua representatividade. Dados da pesquisa da Deloitte (2013) revelam que em diversos países, independentemente do tamanho da economia, mais de 99% das empresas possuem menos de 50 colaboradores e logo são classificadas como PMEs.

Segundo Marion e Silva(2013), a classificação das pequenas e médias empresas se diversifica à medida que são encontrados novos elementos que são relevantes para sua caracterização. Algumas pesquisas abordam como característica fundamental o número de funcionários, outras enfocam o seu faturamento bruto, existindo ainda aquelas que conseguem articular esses dois critérios.

As pequenas e medias empresas podem ser classificadas e analisadas de diversas formas. Segundo Kassai (1996, apud VALERIANO, 2012, p.22) existem dois grandes critérios a serem levados em consideração nessa classificação,

quantitativos e qualitativos. Os critérios quantitativos (econômicos e/ou contábeis) são de mensuração simples, podem ser obtidos com facilidade e permitem análises comparativas objetivas. Geralmente referem-se ao número de empregados, valor do faturamento anual, seja ele bruto ou líquido, e valor do ativo permanente. Já os qualitativos (de cunho mais gerencial e social) não são facilmente mensuráveis face à complexidade na sua identificação, mas apresentam uma visão mais real (íntima) da empresa. Destacam-se a organização e administração incipientes, dificuldades de obtenção de financiamentos, participação e domínio dos respectivos mercados, entre outros. (VALERIANO, 2012, p. 23).

Na mesma ótica, levando em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos, vários órgãos no Brasil fazem essa classificação de Pequenas e Médias Empresas, destacam-se: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Secretaria da Receita Federal (SRF). Para o SEBRAE-GO (2014) a classificação a Micro e Pequena empresa se dá em virtude da quantidade de funcionários e faturamento.

Não existe critério único universalmente aceito para definir as Pequenas e médias empresas, vários indicativos podem ser utilizados para a classificação das empresas nas categorias micro, pequena, média e grande, mas eles não podem ser considerados completamente apropriados e definitivos para todos os tipos de contexto.

As definições de pequenas e médias empresas consideram o número de empregados, o volume de negócios ou a quantidade de ativos, ou, ainda, a emissão de títulos públicos de dívida. Tais conceituações causam, na compreensão das pessoas, certa confusão em relação ao entendimento do que trata a essência da aplicação da norma (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014).

É importante que preparadores e usuários das demonstrações financeiras entendam que essa definição, em termos de práticas contábeis e de acordo com as normas internacionais, passa a ser em função do público a que se destinam as demonstrações contábeis e das necessidades de informações sobre uma ampla gama de usuários (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014).

Os conceitos de pequenas e médias empresas no Brasil são definidos de diversas formas, conforme apresentado na figura 1:

ORGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS		DEFINIÇÃO
CPC PME		Considera a emissão de títulos público
CFC		Considera a emissão de títulos público
Lei Complementar 123		Considera a Receita bruta anual
Receita Federal		Considera a Receita bruta anual
BNDES		Considera a Receita bruta anual
SEBRAE		Considera a Receita bruta anual Considera o número de empregados
IBGE		Considera o número de empregados
RAIS		Considera o número de empregados

Figura 1: Aspectos considerados para definição de Pequenas e Médias Empresas

Fonte: (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014, P.5)

A partir de 2012, com a Lei Complementar Federal nº 139, de 10/11/2012, à classificação das micro e pequenas empresas ocorre de acordo com o faturamento anual apresentado na figura 1:

FORTE	FATURAMENTO ANUAL
Microempresas	Até R\$ 360 mil
EPP - Pequenas Empresas	Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões

FIGURA 2: Classificação de micro e pequenas empresas de acordo o faturamento anual

FONTE: (MARION; SILVA, 2013, P,5)

2.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A Contabilidade passou por períodos evolutivos após a publicação da obra de Luca Pacioli em 1494, com a sistematização e difusão do método das partidas dobradas. A contabilidade foi transformada em uma das disciplinas mais complexas e difundidas no meio empresarial e acadêmico. Mediante tais constatações, faz-se necessário discutir a relevância das informações contábeis e a sua capacidade de ajudar o usuário a adotar as melhores decisões econômico-financeiras (MARION; SILVA, 2013).

Em 1976 foi promulgada a lei 6.404/76, a chamada Lei das Sociedades Anônimas, com suas alterações conforme lei 11.638/2007 e a Lei 11.941/2009, que foram as principais leis responsáveis pelas mudanças ocasionadas na contabilidade brasileira. Em função da evolução do mercado e das alterações 11.638/2007 e

11.941/2009, foi criado um dos mais importantes órgãos reguladores das normas e pronunciamentos contábeis no Brasil, mediante resolução CFC nº 1055/2005 o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), a partir da união de importantes entidades, como APIMEC Nacional, BM&FBOVESPA, CFC, FIPECAFI, IBRACON, ABRASCA, e outras convidadas, como CVM, BACEN, SUSEP, SRF, entre outros (OLIVEIRA et al. 2012).

Neste contexto, objetivo da Resolução CFC nº 1.055/2005 é:

estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações dessa natureza, visando permitir a emissão de normas uniformes pelas entidades-membro, levando sempre em consideração o processo de convergência às normas internacionais (CFC, 2009, p. 2).

Marion (2009) também ressalta que a importância da contabilidade está presente em diversas etapas da gestão das empresas, tratando-se da elaboração e registro de informações que refletem a situação econômica, financeira e patrimonial das organizações com o objetivo, na visão gerencial, de auxiliar na tomada de decisão. Desta forma, podem servir como base para planejamentos, controles, avaliações e investimentos que podem traçar o futuro desempenho das entidades.

As Pequenas e Médias Empresas muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais (CPC, 2009).

Segundo a NBC TG 1000, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é;

oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação (CFC 2009, p. 9).

O objetivo é transformar as diversas práticas contábeis em uma linguagem única, aceita por diversos países, viabilizando a comparabilidade das

demonstrações contábeis produzidas em países distintos. A resolução CFC nº 1.255/2009 resultou na aprovação da NBC TG 1000, com vigência para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, inserindo as pequenas e médias empresas brasileiras no contexto da convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional (FARIA; SILVA, 2014).

2.3 A NBC TG 1000 E A EXISTENCIA ITG 1000

As pequenas e médias empresas devem seguir as normas expostas na NBC TG 1000, considerando que as micro empresas também podem optar pela aplicação da norma em estudo, porém destaca-se a existência da ITG 1000 (Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), norma aprovada pelo CFC através da Resolução CFC nº 1.418/2012, que oferece uma simplificação da NBC TG 1000, contemplando as micro e empresas de pequeno porte a realizarem os procedimentos de registro de suas operações de forma resumida comparada a NBC TG 1000.

Com isso, as empresas precisam observar tanto a NBC TG 1000, como os critérios e procedimentos simplificados de sua interpretação técnica geral – ITG 1000. Quando os critérios não estiverem contidos na ITG 1000, a empresa deve observar a NBC TG 1000 (NEVES, *et al.* 2013).

Entende-se como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Segundo a Resolução CFC nº 1.418 (2012, p. 2), que podem aplicar a ITG 1000:

A sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Desta forma, as empresas que adotarem a estrutura da ITG 1000 para escrituração e geração de suas demonstrações contábeis, ficam submetidas aos valores expressos de receita bruta anual até os limites previstos na Lei Complementar citada. Caso a receita ultrapasse o limite definido nos incisos I e II da LC nº. 123/2006 a sociedade fica sujeita a NBC TG 1000.

A ITG 1000 visa desobrigar estas empresas da adoção da NBC TG 1000 - Contabilidade para PMEs, permitindo-lhes adotar um modelo simplificado para a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e transações realizadas por esse conjunto de entidades (CRCPR, 2013).

As microempresas e empresas de pequeno porte que ITG 1000 devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, ressaltando-se que o CFC estimula a elaboração e a divulgação do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, sendo: Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Resultados Abrangentes, além das Notas Explicativas (CRCPR, 2013).

3. METODOLOGIA

A investigação da adaptação dos escritórios contábeis no processo de convergência da contabilidade para pequenas e médias empresas foi feita de forma exploratória, através de pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado como livros, artigos científicos, revistas em meios eletrônicos.

De acordo com Gil (2008, p. 27) “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” Acrescenta ainda que este método de pesquisa seja utilizado, quando o tema é pouco explorado.

A análise desses dados foi feita por abordagem qualitativa, ou seja, descritiva onde as informações obtidas foram analisadas indutivamente (RODRIGUES, 2007). Aonde o presente estudo compreendeu-se em analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos, dentro da realidade vivida pelos escritórios de contabilidade.

Para coleta de dados da pesquisa, foi aplicado um questionário (ANEXO 1) para os responsáveis dos escritórios de contabilidade do Rio de Janeiro. O questionário utilizado teve como base outro questionário aplicado em uma pesquisa

similar em Goiânia (Danilo de Pina, 2014) e Cacoal-RO (Jhonatan Henrique Messias Helmes), houve algumas adaptações no questionário para torna-lo adequado aos objetivos atuais dessa pesquisa.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas eletrônicas, onde todas as respostas dos entrevistados foram tabuladas e transformadas em gráficos. Em seguida, foram analisados de forma descritiva, sem interferir nas respostas dos entrevistados.

4. DESENVOLVIMENTO E OU CORPO TEXTUAL

A pesquisa científica é uma atividade cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas as questões significativas para a compreensão da natureza. A pesquisa científica visa conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, na vida acadêmica, a pesquisa é um exercício que permite despertar o espírito de investigação diante dos trabalhos e problemas sugeridos ou propostos pelos professores e orientadores (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de investigar a percepção dos profissionais de contabilidade frente a adoção da NBC TG 1000 pelas pequenas e médias empresas da cidade de Rio de Janeiro.

O questionário está dividido em duas partes, a primeira para a análise do perfil e a segunda visando atingir o objetivo geral da presente pesquisa, que é identificar o grau de conhecimento dos Contabilistas, do município do Rio de Janeiro, sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Após o retorno dos questionários respondidos, de posse do banco de dados, foi realizada a análise e discussão dos dados obtidos por meio das respostas.

Na primeira pergunta do questionário foi indagado aos respondentes sobre a formação dos contabilistas, foi elaborado um questionamento a fim de evidenciar a formação acadêmica dos contadores, cujos resultados encontram-se evidenciados na **figura 1**.

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO RESPONDENTE		
Formação	Quantidade	Frequência %
Técnico em Contabilidade	2	16,7%
Bacharel em Ciências Contábeis	9	75%
Especialista	1	8,3%
Outra Função	0	0%
Total	12	100%

Os contadores também foram questionados quanto ao tempo de atuação na área contábil, e os resultados da amostra revelaram a predominância da gestão destes escritórios realizada por profissionais com menos de 3 anos de atividade (cerca de 50%), outros 25% dos entrevistados atuam entre 10 e 20 anos como profissional na área contábil, conforme apresentado na **figura 2**.

TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFISSIONAL NA ÁREA DE CONTABILIDADE		
Tempo	Quantidade	Frequência %
Menos de 3 anos	6	50,0%
Entre 3 e 6 anos	2	17%
Entre 6 e 10 anos	1	8,3%
Entre 10 e 20 anos	3	25%
Mais de 20 anos	0	0%
Total	12	100%

Figura2: Perfil da amostra - Tempo de atuação como profissional na área do contabilidade

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em sequência foi perguntado aos responsáveis se nos escritórios em que eles trabalhavam era aplicado a NBC TG 1000, abaixo a **figura 3** apresenta o resultado:

APLICAÇÃO DA NBC TG 1000 NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS		
RESPOSTA	Frequência	Frequência %
	Absoluta	
Sim	29	65,91%
Não	15	34,09%

Figura3: Dados da pesquisa 2014

Foi inadequado aos entrevistados a quantidade aproximada de empresas às quais é realizada a prestação de serviços de contabilidade, nas quais serão

aplicadas as disposições da NBC TG 1000, onde se percebe a atuação do profissional para aplicação do CPC PME, em virtude de 91,7% dos respondentes afirmar possuir de 01 a 50 empresas PMEs clientes. Quando questionados se tinham conhecimento acerca da Resolução CFC nº. 1.255/2009, que aprova a NBC TG 1000 –Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de 91,7% dos respondentes afirmou conhecer a norma. Entretanto, faz-se aqui uma observação quanto ao fato de que quando questionados sobre o nível de conhecimento do conteúdo da norma, somente 50 % dos respondentes afirmaram dominar poucos aspectos, enquanto menos ainda, 25 % afirmaram ter conhecimento de todo o conteúdo da norma. As respostas encontram-se em evidência na **figura 4**

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O CONTEÚDO CPC PME		
NÍVEL	QUANTIDADE	FREQUENCIA %
Possuiu conhecimento de todo o conteúdo	3	25%
Esta familiarizado com as determinações	2	16,7%
Domina poucos aspectos	6	50%
Apenas ouviu falar	1	8,3%
TOTAL	12	100%

Figura 4: Conhecimento sobre o conteúdo do CPC PME

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Buscou-se identificar quais foram os principais obstáculos encontrados, na percepção dos 12 respondentes em relação à adoção do CPC PME, pelas as empresas (clientes). Evidenciou-se a falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas a terem sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000 como o principal obstáculo a adoção da referida norma, conforme apresentado na **figura 5**.

PRINCIPAL OBSTÁCULO A ADEQUAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DA NBC TG		
Obstáculos	Quantidade	Frequência %
Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haveria aumento dos honorários contábeis.	1	8,3%
Poucos cursos sobre o assunto.	3	25%
Por ser algo novo, demandará algum tempo para os profissionais se familiarizarem com o tema.	2	16,7%
Falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas terem a sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000.	4	33,3%

Outros. Quais?	2	16,7%
Total	12	100%

Figura5: Principal obstáculo á adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Um dos entrevistados relatou o seguinte ponto como sendo importante para uma efetiva aplicação da norma:

Mudança de posicionamento do profissional em capacitação e cobrar dos clientes mudanças (ESC-11).

Ainda em relação aos obstáculos para implantação da norma, foi elaborada uma escala de *Likert*, que para Junior e Costa (2014), consiste em desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância, nesta escala os respondentes se posicionam de acordo com uma medida de concordância atribuída ao item, com intuito de minimizar eventuais dúvidas do respondente, e para melhor confirmação de dados, por se tratar de questionário online e logo não ter a presença do pesquisador para maiores esclarecimentos.

Utilizou-se a escala de 5 pontos, sendo:

5 = Concordo plenamente;
 4 = Concordo;
 3 = Indiferente;
 2 = Discordo; e
 1 = Discordo plenamente.

Dos respondentes, 33,3 % optaram pelo grau de concordância 4, e concordam que o principal obstáculo para implantação do CPC PME é falta de incentivo monetário, considerando que mesmo com a agregação de serviços que se tornam necessários para adequação a norma, é inviável a um aumento no valor dos honorários contábeis, considerando fatores como o desconhecimento e a incompreensão por parte dos clientes, o que resultaria numa evasão de clientes.

Quanto os aspectos ou situações que geram mais dificuldades ou dúvidas relacionadas à aplicação do pronunciamento técnico para o profissional da área contábil, foi elaborada uma questão em aberta afim de que o respondente expressasse sua opinião. Destacando-se as seguintes opiniões dos respondentes:

Convencer as pequenas e médias empresas de que a contabilidade não é só fisco” (ESC-02).

Em um contexto geral, as dificuldades são fomentadas pelo desinteresse do profissional com relação a capacitação (ESC-11).

Ao analisar a escala de *Likert*, 58,3 % dos respondentes afirmaram que a complexidade do texto da NBC TG 1000 e a consequente dificuldade de entendimento deste pelos profissionais que atuam nos escritórios é um fator que dificulta a aplicação da norma na íntegra. 22

Outra concordância também é atribuída pelos entrevistados, com 41,7 %, os quais concordam há dificuldade de aplicação da norma, e consequentemente na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas, resultantes da falta de apoio dos administradores das empresas (clientes), devido à omissão de informações, documentação não entregue, ou documentação sem os devidos procedimentos e omissão de informações.

Outra indagação foi acerca da receptividade dos clientes em relação à aplicação da NBC TG 1000. Além das opções de resposta, foi dada a opção “Outra”, a fim de que o respondente expressasse uma situação divergente das propostas. Cinco(05) dos entrevistados optaram por responder a questão na modalidade “aberta”. Destacando-se as seguintes respostas obtidas:

Foram informados, mas poucos enviam as documentações necessárias para a realização das demonstrações contábeis (ESC-10).
Ainda se mantêm como se fosse obrigação apenas do contador (ESC-12).

O resultado das respostas objetivas obtidas de 7 contabilistas respondentes foram discriminados na **figura 6**

RECEPTIVIDADE DOS CLIENTES DO ESCRITÓRIO EM RELAÇÃO A NBC TG 1000		
Receptividade dos clientes	Quantidade	Frequência %
Não sabem da existência da norma, pois se aplica a nenhuma empresa.	2	16,7%
Somente as empresas em que é aplicada a norma foi realizado um trabalho informacional com os usuários das informações geradas pelas modificações resultantes da aplicação da NBC TG 1000.	1	8%
Todos os clientes foram informados quando a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente ele serão afetados por elas.	4	33,3%
Outra. Descreva	5	41,7%
Total	12	100%

Figura6: Receptividade dos clientes em relação a NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se, ainda, que 50 % dos respondentes concordam, e outros 41,7 % concordam plenamente que não há interesse por parte dos clientes quanto a utilização da contabilidade para o gerenciamento dos seus negócios e por não entenderem a importância das demonstrações contábeis, as empresas ainda creem que a contabilidade é apenas para atender o fisco.

É perceptível que não há uma compreensão plena por parte dos usuários das informações contábeis quanto a importância de analisar a posição financeira da empresa pelo balanço patrimonial, a demonstração do resultado analisar o desempenho, o fluxo de caixa, e tomar as decisões com informação de qualidade, conforme é o objetivo das demonstrações contábeis no item 2.2 da resolução CFC 1255/2009.

Para 41,7 % dos respondentes concordam que uma das maiores dificuldades em aplicar a NBC TG 1000 será converter a cultura empresarial que até então é voltada a gerar informações para o fisco e não informações contábeis, enquanto os demais 33,3% concordam plenamente a afirmação.

Evidencia-se outro dado importante para o estudo: Quais são as empresas abrangidas pelas disposições legais dessa norma contábil? As respostas estão apresentadas na **figura 7**.

QUAIS SÃO AS EMPRESAS ABRANGIDAS PELAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DESSA NORMA CONTÁBIL		
Empresas Abrangidas	Quantidade	Frequência %
Empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais.	2	16,7%
Sociedades por Ações	0	0%
Todas as Pequenas e Médias Empresas	8	66,7%
Desconheço esta informação	2	16,7%
Total	12	100%

Figura 7: Principal obstáculo a adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Oito respondentes assinalaram a opção sendo Todas as Pequenas e Médias Empresas. Esta Norma se destina à utilização por pequenas e médias empresas

(PMEs), no entanto o item 1.2 do CPC PME descreve características das PMEs a quem se destina a norma:

Pequenas e médias empresas são empresas que:

- (a) Não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito (CFC 2009, p. 6).

Percebe-se, portanto, uma fragilidade no domínio de conhecimento dos respondentes sobre quais empresas estão abrangidas pelas disposições do CPC PME.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a percepção do profissional contábil diante da implantação da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e microempresas, por meio dos escritórios contábeis da cidade do Rio de Janeiro.

Verificou-se que grande parte dos escritórios contábeis de Rio de Janeiro aplicam a NBC TG 1000 e estão avançando no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com ênfase nos procedimentos referentes à contabilidade de PME's, pois, se prepararam, através da capacitação dos funcionários, para superar as dificuldades que surgiram em decorrência das novas exigências do fisco e a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas, os entrevistados afirmam não ter participado de capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma, e ter utilizado apenas material de leitura comentada disponível. Entre as atitudes tomadas pelos escritórios para aplicar a NBC TG 1000 se destacam: estudo da norma, participação em cursos e palestras sobre o tema e contratação de mais funcionários. A percepção dos contadores em relação à convergência das normas contábeis é positiva, principalmente devido ao aumento da qualidade dos serviços prestados.

Entre as principais atitudes tomadas pelos escritórios contábeis para a implantação da NBC TG 1000, verificou-se que o treinamento e atualização dos

funcionários, através de cursos, estudo da norma e participação de palestras sobre o tema foram fatores essenciais para a adequação dos escritórios perante as novas exigências, porém, não foram todos escritórios que tiveram a preocupação de capacitar seus funcionários.

Embora alguns responsáveis pelos escritórios tenham criticado a NBC TG 1000, a grande maioria dos respondentes, são a favor da atualização da contabilidade das PMEs aos padrões internacionais através da NBC TG 1000, agregando valores à contabilidade e o aumento comparabilidade dos demonstrativos em decorrência da adoção da NBC TG 1000, sendo o objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com o pronunciamento técnico PME, fornecer informações uteis a uma vasta gama de usuários entretanto os entrevistados afirmam que há desinteresse dos clientes em relação as demonstrações contábeis, pois a maioria ainda acham que a contabilidade é só para atender o fisco, e não se atentam em utilizar as informações produzidas pela aplicação das técnicas contábeis para tomada de decisão e uso gerenciais.

Importante ressaltar que os resultados apresentados limitam-se à amostra investigada. Como recomendações para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizados outros estudos, verificando-se a percepção dos respondentes de diferentes cidades, podendo ampliar o instrumento com questões que não foram contempladas neste estudo.

6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Eudócia Rafaela Moreira. **A implantação dos IFRS nas PMES do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) –Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

ALVES, Fernando Lins. *Et al.* **Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez 2013.

BRASIL. Lei complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 18 de Set. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 18 de Set 2017

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos.**

<<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 03 de Out 2017

DA COSTA, Geovani Alves; DE MELO, Maurílio Alves. **Ética profissional: um desafio para o contador na era digital.** *Revista Cogitatem*, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2015.

DAS NEVES, Douglas Rego; LORANDI, Joisse Antonio. NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** PLAGEDER, 2009.

GIROTTTO, Maristela. **Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs.** *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 186, p. 7-23, nov./dez. 2010. Disponível em: <http://www.fucape.br/downloads/reportagem_rbc_186.pdf>.

GUIMARÃES, Leda Maria et al. **O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais.** VIII

KLEIN JÚNIOR, Gert Rudolfo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de. Adequação das novas normativas contábeis de controle patrimonial à prática das pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 22-28, jan/abr. 2013.

MARION, José Carlos; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas.** São Paulo. Editora Atlas S.A, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo. Atlas, 2012.

MENDES, Wagner. **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (PME).** 1º Edição. São Paulo. Editora IOB Folhamatic, 2014.

MENEZES, Fernanda Dourado. *et al.* **Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de campina grande, PB.** 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/530>> Acesso em 20 de Out 2017

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. <https://www.sebrae.com.br/> Acesso em 10 de Set 2017

COUTINHO, Luciano. **O cenário econômico e as MPE.** Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_CenarioEconomicoeMPE_set10.pdf>. Acesso em: 01 Nov 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO 1 – Questionário aplicado nos escritórios contábeis do Rio de Janeiro (Resolução CFC nº 1.255/09 – NBC TG 1000)

1. Formação acadêmica do respondente?

- a) ☐ Técnico em contabilidade
- b) ☐ Bacharel em Ciências Contábeis
- c) ☐ Especialista.
- d) ☐ Outra formação. Qual? _____

2. Há quanto tempo atua como profissional na área de contabilidade?

- a) ☐ Menos de 3 anos
- b) ☐ Entre 3 e 6 anos
- c) ☐ Entre 6 e 10 anos
- d) ☐ Entre 10 e 20 anos
- e) ☐ Mais de 20 anos

3. No escritório a NBC TG 1000 esta sendo aplicada?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Em sua opinião, qual seu nível de conhecimento sobre o conteúdo do CPC PME?

- a) ☐ Possui conhecimento de todo o conteúdo do CPC PME.
- b) ☐ Está familiarizado com as determinações.
- c) ☐ Domina poucos aspectos.
- d) ☐ Apenas ouviu falar
- e) ☐ Desconhece o assunto

5. Se você possui conhecimento sobre o conteúdo da NBC TG 1000, você participou de alguma capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Se sua resposta ao questionamento “5” foi “Sim”, de qual tipo de capacitação você participou ou ainda participa, visando viabilizar a aplicação correta dessa norma? (Cursos, manuais, debates, palestras, oficinais, dentre outros).

7. Em sua opinião, você domina poucos aspectos relacionados a interpretação e aplicação da NBC TG 1000?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Se sua resposta a questão “7” foi “Sim”, quais as maiores dificuldades encontradas para realizar a capacitação necessária ao domínio da prática e da teoria da NBC TG 1000?

9. Em sua opinião, quais os aspectos ou situações que geram mais dúvidas e dificuldades relacionadas à aplicação da NBC TG 1000 para o profissional da área contábil?

10. O que você considera como principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000?

- a) ☐ Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haverá aumento dos honorários contábeis.
- b) ☐ Poucos cursos/seminários sobre o assunto.
- c) ☐ Por ser algo novo, demandará algum tempo para os profissionais se familiarizarem com o tema.
- d) ☐ Falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas a terem sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000.
- e) ☐ Outros. Quais? _____

11. Como está a receptividade dos clientes do escritório em relação a NBC TG 1000?

- a) ☐ Não sabem da existência da norma, pois não se aplica a nenhuma empresa.
- b) ☐ Somente as empresas em que é aplicada a norma foi realizado um trabalho informacional com os usuários das informações geradas pelas modificações resultantes da aplicação da NBC TG 1000.
- c) ☐ Todos os clientes foram informados quando a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente eles serão afetados por elas.
- d) ☐ Outra. Descreva. _____

12. Qual a quantidade aproximada de empresas às quais é realizada a prestação de serviços de contabilidade, nas quais serão aplicadas as disposições da NBC TG 1000?

- a) ☐ Em nenhuma das PME clientes
- b) ☐ De 01 a 50 das PME clientes
- c) ☐ De 51 a 100 das PME clientes
- d) ☐ De 101 a 150 das PME clientes
- e) ☐ Mais de 150 das PME clientes

13. Em sua opinião, conforme o conhecimento obtido acerca da NBC TG 1000, quais são as empresas abrangidas pelas disposições legais dessa norma contábil?

- a) ☐ Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais.
- b) ☐ Sociedades por ações.
- c) ☐ Todas as Pequenas e Médias Empresas.
- d) ☐ Desconheço essa informação.